

Projeto de Lei nº 1244, de 2021

Iniciativa: Senador Irajá (PSD/TO)

Ementa:

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para prever a notificação pessoal prévia obrigatória para a inserção de dívidas em serviços de proteção ao crédito, a reparação de dano e a sanção obrigatória de multa, em caso de inserção decorrente de fraude ou falsidade na contratação, além da necessidade de depósito prévio em juízo pelo fornecedor para propositura de ação judicial.

Explicação da Ementa:

Altera o Código de Defesa do Consumidor para tornar obrigatória a notificação pessoal do devedor antes da inserção de dívidas em serviços de proteção ao crédito; prevê a reparação do dano e o pagamento de multa em caso de descumprimento dessa exigência e de inserção indevida decorrente de fraude ou falsidade; e condiciona eventual ação judicial contra as mencionadas reparações ao recolhimento dos respectivos valores mediante depósito em juízo.

Assunto: Jurídico - Direito do Consumidor**Data de Leitura:** 06/04/2021**Em tramitação**

Decisão:	-	Último local:	22/05/2023 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)
Destino:	-	Último estado:	22/05/2023 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO
Relatoria atual:	Relator: Senador Otto Alencar		

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 257 de 2023

Despacho:

21/09/2021

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CTFC) Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Relatoria:

CTFC - (Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e

Relator(es):

Senador Rodrigo Cunha (encerrado em 06/07/2022 - Alteração na composição da comissão)
Senador Otto Alencar**TRAMITAÇÃO**

22/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia de Requerimento nº 257, de 2023, do Senador Chico Rodrigues, solicitando oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos.
Votação, em turno único.

TRAMITAÇÃO

22/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Encaminhado à publicação o RQS nº 257/2023, solicitando oitiva da CAE.
O RQS será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Publicado no DSF Páginas 42 - DSF nº 79

09/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido, em 29/3/2023, o Requerimento nº 257/2023, do Senador Chico Rodrigues, solicitando oitiva da CAE.

09/05/2023 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação: Recebido ofício que solicita o envio deste projeto à Secretaria-Geral da Mesa, conforme art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal, para tramitação do requerimento de autoria do Senador Chico Rodrigues, que requer que a matéria seja apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

31/03/2023 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Otto Alencar, para emitir relatório.

21/12/2022 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

06/07/2022 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Cunha, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

25/10/2021 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Rodrigo Cunha, para emitir relatório.

22/09/2021 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação: Recebido na CTFC.
Aberto o prazo para recebimento de emendas (23/9 a 29/9).

21/09/2021 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 23/09/2021 a 29/09/2021.
Perante a CTFC.

TRAMITAÇÃO

21/09/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS**Ação:** A matéria vai à CTFC, em decisão terminativa, cabendo a apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.*Publicado no DSF Páginas 213 - DSF nº 153***06/04/2021** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Encaminhado à publicação, em 06/04/2021.*Publicado no DSF Páginas 209-213 - DSF nº 44*

DOCUMENTOS

PL 1244/2021

Data: 06/04/2021**Autor:** Senador Irajá (PSD/TO)**Local:** Plenário do Senado Federal**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para prever a notificação pessoal prévia obrigatória para a inserção de dívidas em serviços de proteção ao crédito, a reparação de dano e a sanção obrigatória de multa, em caso de inserção decorrente de fraude ou falsidade na contratação, além da necessidade de depósito prévio em juízo pelo fornecedor para propositura de ação judicial.

Avulso inicial da matéria

Data: 06/04/2021**Autor:** Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Encaminhado à publicação, em 06/04/2021.**Descrição/Ementa:** -

Ofício

Data: 10/05/2023**Autor:** Secretaria Geral da Mesa**Local:** Plenário do Senado Federal**Descrição/Ementa:** Ofício solicitando à CTFC a remessa do PL 1244/2021 à SGM para atendimento do RQS 257/2023, de oitiva da CAE.

RQS 257/2023

Data: 22/05/2023**Autor:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 257, de 2023, do Senador Chico Rodrigues, solicitando oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos. Votação, em turno único.**Descrição/Ementa:** Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL nº 1244/2021.